



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## QUAL É O FUTURO: AGRONEGÓCIO E AGROECOLOGIA?

*Jéssica Neves Mendes*

*Igor Breno Barbosa de Sousa;*

*Tatiane Regina da Silva;*

### INTRODUÇÃO

Desde a colonização, os brancos europeus e, mais recentemente, os Estados Unidos, utilizam-se do argumento de serem o centro e detentores do saber/conhecimento. Logo, esses supõem ser uma humanidade esclarecida “levando” para os povos subalternos (restante do mundo) a “luz incrível”, já que esses são denominados como humanidade obscurecida. É nessa busca em alcançar o chamado para a civilização que Krenac (2019, p.11) irá dizer que há uma noção “de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história”.

A partir de suas palavras é possível refletirmos que se escarmos para o período da história mais recente, em meados do século XX, por exemplo, nos Estados Unidos estava surgindo o conceito de agronegócio (*agrobusiness*) que consistia, em síntese, na criação de uma política para inserir a participação do produtor familiar no mercado. Dito de outra maneira, o projeto da modernidade abarcou as pessoas do campo e da floresta e os incluiu nesse grande liquidificador chamado mercado, ou seja, essa era a receita necessária a ser seguida para alcançar o *status* de humanidade esclarecida.

A “luz incrível”, ponderada anteriormente, chegou em solo brasileiro em meados dos anos de 1960 e 1970 e de forma notória ganhou popularidade e, assim, iniciou-se uma fase de modernização almejada em diferentes regiões do país. A ideia de modernização permanece intacta e bem presente até os dias atuais, com a agricultura industrial liderada pelo agronegócio, o chamado pacote tecnológico, desde norte a sul e leste a oeste do Brasil, independentemente das diversidades, diferenças e/ou conhecimento dos povos locais.

Mencionado isso, é importante ressaltar que, onde há opressão, as resistências são cruciais. Em outras palavras, desde que o agronegócio se instaurou e insiste em tratar a terra enquanto mercadoria para obter lucro, há outros movimentos diversos como a dos camponeses, agricultores familiares, indígenas e quilombolas que tratam a terra de uma perspectiva mais harmoniosa com a



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

natureza, que propõem um resgate e valorização da cultura alimentar local, compreendendo a alimentação como um direito humano, através da agroecologia.

Além disso, a agroecologia não desassocia a sua luta a outros acontecimentos, por exemplo, está consciente de um país repleto de desigualdades, trabalhando a questão da terra atrelada ao enfrentamento da fome, às desigualdades de gênero, ao racismo, à LGBTQTIA+fobia, às devastações ambientais e às pautas climáticas.

A partir dessa contextualização, o presente texto busca provocar uma reflexão em torno dos modelos do agronegócio e da agroecologia. Para isso, dividiu-se em algumas partes, sendo a primeira “As interfaces do agronegócio no Brasil”, na qual traz alguns autores e autoras para debater a inserção desse modelo no país a partir de um olhar geográfico sobre, além de explanar dados oriundos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), que enriquecem o debate em questão.

A segunda parte, chamada de “Agroecologia: uma alternativa para semear o futuro”, contextualiza uma outra vertente, ou seja, um outro modelo que coexiste com o agronegócio em curso, demonstrando suas potencialidades e até mesmo percalços em se consolidar enquanto política pública, em decorrência das alterações governamentais que o país passou nos últimos anos.

E, para além dessas divisões, o texto é composto dessa introdução intitulada “Para iniciar o debate”, que insere a discussão e inicia a reflexão sobre a proposta que foi colocada na disciplina de doutorado “Socioterritorial Movements and Agroecology in Comparative Perspectives: Brazil and the United Kingdom” e, por fim, as considerações finais, nomeada de “Para continuar a debater”, que possui o intuito de deixar o debate (e o futuro) em aberto, para pensarmos em outras possibilidades de uma nova sociedade que queremos construir.

## **METODOLOGIA**

Para o aporte teórico-metodológico da pesquisa, foi realizado levantamento bibliográfico com base em autores que discutem o agronegócio, o processo de modernização da agricultura como: Matos e Marafon (2019), Hespanhol (2007), Girardi (2008), além da agroecologia como: Dalmoro (2018), Caporal (2011), Rocha Neto (2022). Também foram utilizados dados oriundos do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER), do



Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), que enriquecem o debate em questão.

## AS INTERFACES DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

A estrutura agrária do Brasil se apresenta multifacetada por disputas territoriais, sobretudo diante da reestruturação produtiva do capital que se utiliza e, por vezes, privatiza os recursos naturais, da concentração e expropriação de terras e estabelece as desigualdades sociais.

Com o processo de modernização agrícola, as disputas territoriais se acirraram em torno dos recursos naturais para atender as demandas do agronegócio. O agronegócio pode ser entendido como uma versão contemporânea do capitalismo no campo, configurado a partir do uso da tecnologia, grandes extensões de terra, produção em larga escala para exportação, baixa mão de obra, financeirização e exploração dos recursos naturais (Matos; Marafon, 2019).

As últimas décadas do século XX assistiram a mudanças na estrutura da produção agrícola, com a difusão de novos sistemas agrícolas e a utilização de maquinário, fertilizantes e para aumentar a produtividade, baseado na Revolução Verde<sup>1</sup>. Em meados das décadas de 1960 e 1970, países subdesenvolvidos como o Brasil, incorporaram o padrão tecnológico da Revolução Verde.

Hespanhol (2007) destaca que mesmo antes da incorporação da Revolução Verde no Brasil, parte dos recursos naturais já estavam ameaçados devido ao caráter predatório da ocupação do território no país. Tais problemas ambientais persistem e foram agravados atualmente nas zonas de expansão da fronteira agrícola, principalmente nos biomas cerrado e amazônico.

Ainda assim, tal modernização foi fortemente projetada e apoiada pelo Estado, através da implementação de políticas públicas na perspectiva de induzir o desenvolvimento rural, favorecendo médios e grandes produtores, como aponta Hespanhol (2007):

Muitas indústrias vinculadas à agropecuária se implantaram no país ao longo dos anos 60 e 70, em razão dos estímulos oferecidos pelo Estado e do promissor mercado brasileiro, que foi artificialmente ampliado pelas políticas modernizantes, notadamente pela oferta de crédito rural em grande volume e por baixas taxas de juros para a aquisição de máquinas, implementos e insumos químicos (Hespanhol, 2007, p. 190).

---

<sup>1</sup> O pacote tecnológico da Revolução Verde introduzido após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos, caracterizou-se pela utilização de um modelo de padrão produtivo químico baseado no uso de sementes geneticamente melhoradas, máquinas e insumos químicos e biológicos (Hespanhol, 2007).



Em um curto período, a agricultura moderna estabeleceu-se e expandiu-se fortemente no país, aprofundando a concentração de terras, o êxodo rural, problemas ambientais e ampliação das desigualdades sociais no campo e na cidade. A modernização agrícola financiada pelo Estado começou no Sul do Brasil nos anos 1950, mais tarde na década de 1970 se expandiu para o Centro-Oeste, e na década de 1990 foi territorializada nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, formando o Matopiba, posteriormente em direção aos estados da região Norte, como: Pará, Amazonas, Rondônia e Roraima (Matos; Marafon, 2019).

Recentemente, no ano de 2019, houve a definição da fronteira agrícola do Sealba, proposto pelo Núcleo de Inteligência Territorial da Embrapa Tabuleiros Costeiros. Esta região abrange os estados de Sergipe, Alagoas e nordeste da Bahia formada por 171 municípios e tendo uma área de 5.148.941 ha (Embrapa, 2019).

Como resultado, justamente nesses espaços foram criados e implantados grandes complexos agroexportadores e agroindustriais, com o apoio e incentivo do capital nacional e internacional. Por outro lado, fragiliza territórios rurais, desapropria povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares camponeses.

Com isso, o Brasil permanece com o modelo agroexportador, desde os tempos coloniais, reafirmando a antiga forma de latifúndio através da exportação de produtos primários em detrimento de grandes extensões de terra e concentração de renda. Girardi (2008), compreende que a base do modelo agrícola neoliberal é o agronegócio, caracterizado pela concentração, domínio pelas grandes corporações favorecendo países desenvolvidos e prejudicando os agricultores familiares camponeses, além do incentivo à monocultura, o aumento da pobreza e degradação ambiental.

Esta estratégia de consolidação e expansão do agronegócio se dá a partir da lógica elucidada por Harvey (2005, p. 225) de “anular o espaço pelo tempo”, pois é na busca do lucro através das grandes monoculturas, na exportação de *commodities* e no reinvestimento desses ativos que há a reprodução do capital no campo (Harvey, 2016).

Deste ponto de vista, a modernização da agricultura baseada na Revolução Verde, cuja premissa era o aumento da produtividade e, conseqüentemente, uma maior disponibilidade de alimentos, teve o efeito oposto, gerando a manutenção da pobreza e aumento da fome, como aborda Girardi (2008):

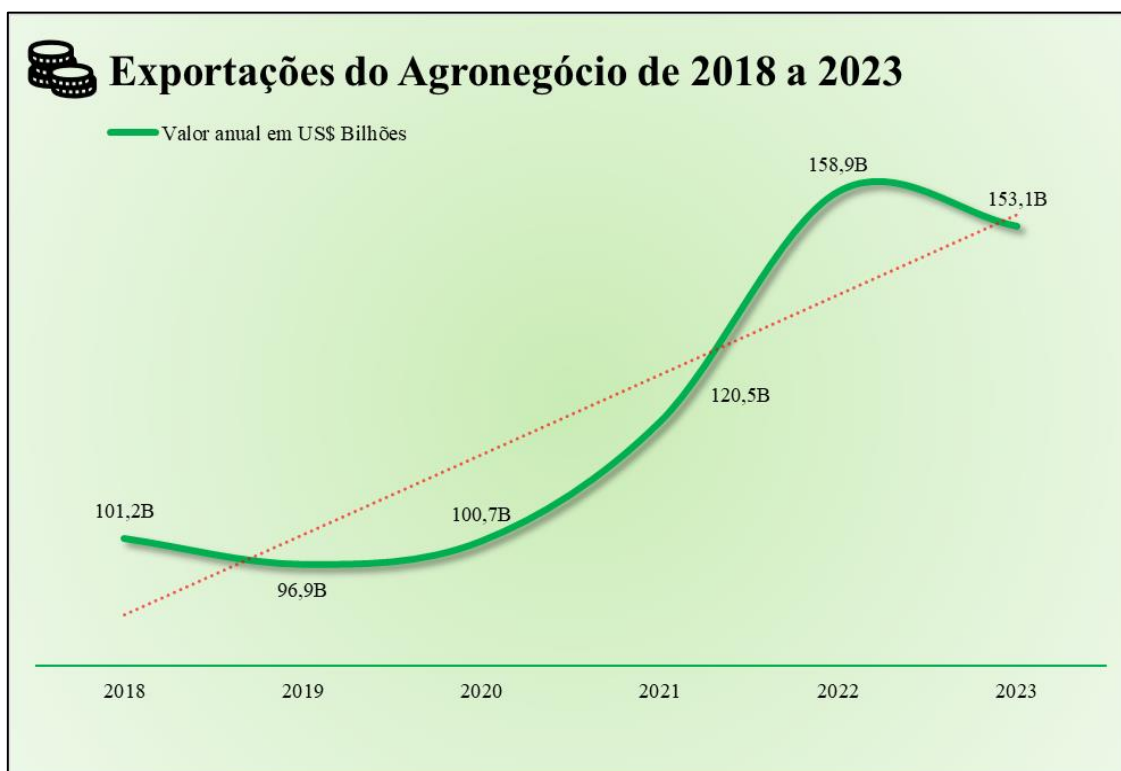
Os benefícios da revolução verde só atingiram uma ínfima parte dos produtores, e o restante, a maioria camponeses, utiliza meios de produção arcaicos, cujo resultado é uma produtividade muito pequena. Cerca de um terço dos agricultores utiliza exclusivamente



técnicas manuais de produção. Se as tentativas para redução da fome forem mantidas como atualmente, serão necessários dois séculos para extinguir a desnutrição. Três quartos da população mundial que sofre com desnutrição aguda são camponeses. Isso ocorre porque a queda no preço dos alimentos, causada pela revolução verde. Com a liberalização dos mercados e barateamento do transporte, os países importadores de alimentos pagam preços baixos por eles, já que os alimentos são comprados de países com excedentes devido à sua grande produção subsidiada (Girardi, 2008, p. 116).

A lógica capitalista transformou o direito básico e fundamental que é a alimentação em uma mercadoria, ou seja, estimula a produção de *commodities* para o mercado mundial, voltado para além do consumo, mas especificamente a aquisição por quem tem dinheiro. Entre as principais *commodities* estão: trigo, milho, arroz, soja, café, açúcar, laranja, além da produção pecuária com destaque para a carne bovina. Abaixo, a Figura 1, destaca os valores das exportações do agronegócio, por ano, desde 2018.

**Figura 1** - Valor das exportações do Agronegócio



Fonte: INSPER, 2023.

Segundo Oliveira (2016), a participação dos produtos de origem agropecuária e florestal nas exportações tem aumentado lentamente ao longo dos anos. O Brasil, nos anos de 2021 e 2022, passou a ocupar o posto de terceiro maior exportador agropecuário do mundo na ordem de aproximadamente



US\$150 bilhões, ultrapassando a China e abaixo somente da União Europeia e dos EUA (Insper, 2023).

De acordo com o MAPA (2022), o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro atingiu sucessivos recordes em 2020, 2021 e 2022; representando um dos melhores períodos da história do agronegócio (Figura 2).

**Figura 2 - PIB do agronegócio brasileiro**



Fonte: MAPA, 2022.

Enquanto isso, conforme dados da Rede PENSSAN (2022), a fome também se espalha pelo Brasil, atingindo 32 milhões de pessoas. O que nos indaga a questionar: simples coincidência ou um projeto político arquitetado? Na concepção de Mitidiero Junior (2022), estudiosos vêm apontando que a substituição da produção de comida por *commodities* pode estar relacionado com as alterações nos preços dos alimentos, afetando diretamente a aquisição de uma (in)segurança alimentar da classe trabalhadora (que contém menor renda, principalmente).

Nesse contexto, a mídia, por vezes, relaciona as alterações dos preços dos alimentos com as variações climáticas e a de câmbio, mas a raiz do problema reside na concentração fundiária, inexistência da reforma agrária e na ausência de políticas públicas de descentralização da produção agropecuária, principalmente dos produtos da cesta básica.



O uso de transgênicos na agricultura também se destaca, pois o Brasil é o segundo país que cultiva transgênicos, principalmente com a soja, milho e algodão, além disso, é fortemente dependente do uso de fertilizantes (Oliveira, 2016). Mitidiero Junior (2022) analisa que:

*Se assim ocorrer, é líquido e certo o aumento dos problemas de saúde pública e impactos ambientais causados pelo despejo de agrotóxicos nas lavouras. Intoxicações, mortes por intoxicações, doenças a partir do contato laboral com o produto químico e doenças provavelmente decorrentes do consumo de alimentos com agrotóxicos, contaminação dos solos e das águas, morte de fauna (abelhas, borboletas, pássaros, etc.), podem ser o principal problema de saúde pública em um futuro próximo (Mitidiero Junior, 2022, p. 129).*

Portanto, a opção pelo agronegócio no Brasil tem causado diversos desdobramentos, manifestados pela concentração de terras, desigualdades sociais e desequilíbrio ambiental, sobretudo pelo desmatamento para o cultivo de grandes lavouras, pela contaminação do solo e da água decorrente do uso de produtos químicos para a produção, além de afetar a saúde humana e dos animais, bem como o ambiente, interferindo numa relação minimamente harmoniosa entre sociedade e natureza.

Nesse contexto, é necessária a adoção de modelos alternativos em oposição ao modelo hegemônico do agronegócio, no que diz respeito à proteção dos recursos naturais e estabelecer a segurança e soberania alimentar brasileira. Dessa forma, a adoção do modelo agroecológico é uma possibilidade que se abre para o futuro, que é ancestral.

## **. AGROECOLOGIA: UMA ALTERNATIVA PARA SEMEAR O FUTURO**

A agroecologia pode se configurar como uma opção contra a hegemonia do agronegócio, ou como uma possibilidade para o desenvolvimento rural. A agroecologia é considerada uma matriz disciplinar integradora no campo científico, que combina conhecimentos de diversos campos da ciência com as experiências de agricultores familiares camponeses, indígenas, comunidades quilombolas e demais atores sociais envolvidos no processo do desenvolvimento rural, sob a ótica do potencial endógeno, ou seja, local (Caporal; Costabeber; Paulus, 2011).

De acordo com Dalmoro (2018), o movimento agroecológico teve início na década de 1970, no auge da modernização conservadora, opondo-se ao modelo de produção imposto na agricultura e questionando os possíveis impactos da adoção deste modelo. No Brasil, o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) foi criado com o apoio da organização não governamental Federação dos Órgãos



para Assistência Social e Econômica (FASE), tornando-se umas das organizações articuladoras para o estímulo da agricultura alternativa.

O debate expandiu-se na década de 1980, e intensificou-se nos anos 1990, devido às preocupações ambientais levantadas por conferências internacionais, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92 (Dalmoro, 2018). A agroecologia se constitui num paradigma capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental atual, ocasionada pelo processo civilizatório (Caporal; Costabeber; Paulus, 2011).

Caporal (2011) afirma que é preciso distinguir o que seria a agroecologia, não confundi-la como um tipo de agricultura alternativa ou associá-la ao desenvolvimento sustentável, o que não é realmente relevante. Por vezes, são geradas interpretações conceituais que associam a agroecologia como um modelo de agricultura pela adoção de certas práticas ou tecnologias agrícolas mais ecologicamente corretas, que não utilizam agrotóxicos ou através da substituição de insumos. Desta forma o autor realiza uma crítica, na qual indaga:

Por outro lado, recentemente tem-se observado que a palavra Agroecologia, pela força que vem ganhando a ciência agroecológica, passou a ser usada para efeitos de marketing tanto em eventos nacionais e internacionais sobre produção e produtos orgânicos, como, inclusive, em políticas públicas, discursos de parlamentares, assim como por setores da mídia e do agronegócio. Na verdade, essas interpretações expressam um enorme desconhecimento do significado mais amplo do termo Agroecologia, mascarando sua potencialidade para apoiar processos de desenvolvimento rural mais sustentável, ou a má fé de quem as utiliza para alcançar objetivos pessoais ou dividendos políticos (Caporal, 2011, p. 88).

Nesse contexto, a agroecologia pode ser considerada como uma prática social congregada com diversos conhecimentos, desenhada a partir da luta pela terra em defesa dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Silva; Souza (2019) entendem a agroecologia como prática, movimento e ciência, sob uma nova perspectiva adaptada da agricultura ou como técnicas que contribuem para o desenvolvimento da agricultura orgânica ou alternativa, baseada em uma relação mais próxima e harmoniosa com a natureza.

Gonçalves (2008) destaca que, a agroecologia congrega três objetivos principais: o social relacionado ao desenvolvimento rural e autossuficiência alimentar; o ambiental com a produção ao longo do tempo; por fim, o econômico alinhado à preservação dos ecossistemas, o uso de tecnologias mais racionais e, principalmente, a não dependência externa de insumos e energia. Seguindo este viés, Leite (2015) pondera a agroecologia, enquanto estratégia de reordenar o modelo de desenvolvimento no campo, superar o modelo hegemônico e de luta na terra.



Vale ressaltar que é importante não confundir com agricultura orgânica, uma vez que esta é uma ferramenta de definição e certificação, e na agricultura tradicional visam a conservação dos recursos naturais (Silva; Souza, 2019).

O movimento agroecológico difere-se em várias localidades do mundo, como por exemplo, nos Estados Unidos, sendo realizado por parceiros sociais para expandir a agricultura alternativa em resposta aos desafios ambientais do país. No Brasil, o movimento agroecológico começa de uma perspectiva mais política da população local, baseado em práticas agrícolas tradicionais, e não na ciência (Silva; Souza, 2019).

Com isso, Rocha Neto (2022) aborda que a adoção do paradigma agroecológico como política pública, embora não como prioridade, sinaliza para mudanças, ainda que pontuais. A proposta de incluir a produção orgânica e agroecologia na agenda de políticas públicas estaria, portanto, em uma posição intermediária: de um lado, para uma mudança radical em direção à formalização de instrumentos de planejamento e gestão focadas neste tema e, de outro lado, a cultura de algumas organizações governamentais conservadoras diante da persistência de alguns grupos de interesse poderiam ser obstáculos para a proposta (Rocha Neto, 2022).

Nesse contexto, a ampliação de organizações voltadas para o fortalecimento agroecológico no Brasil ganha novos contornos em 2003, a partir da implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e combate à fome. A implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), em 2012 no governo Dilma Rousseff, pode ser considerada um marco histórico para o movimento agroecológico no Brasil (Dalmoro, 2018).

Apesar da recente proposta da agroecologia na agenda pública, os arranjos institucionais para a consolidação da política esbarram nos obstáculos em governos posteriores de caráter ultraliberal e conservador, sinalizando um possível enfraquecimento por razões ideológicas e/ou políticas pela incompreensão da agroecologia. Rocha Neto (2022), analisa que:

Adicionalmente, a pauta da agroecologia esteve vinculada aos governos de centro-esquerda que comandaram o país entre 2003 e 2016, e suas pautas carregam um preconceito dos sucessores. A ideologia dos dois governos não reconhece a agricultura familiar e sua importância, tampouco valoriza práticas alternativas ao modelo de desenvolvimento imposto (Rocha Neto, 2022. p. 462).

Conforme explica o excerto acima e de acordo com o DATALUTA BRASIL (2020), para o cenário brasileiro, o ano de 2019 foi marcante, em relação a extinção de políticas de desenvolvimento



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

da agricultura camponesa. Mais especificamente, entre os anos de 2019 e 2022, o governo Bolsonaro e seus apoiadores agiu no sentido de fortalecer ainda mais o agronegócio, aprofundando a submissão do Estado às políticas neoliberais. Logo, por outro lado, aniquilando as conquistas dos movimentos socioterritoriais dos camponeses, indígenas e quilombolas.

Agora, em 2023, sob a gestão do novo governo Lula, a PNAPO é retomada por meio do Decreto nº 11.582, de 28 de junho de 2023, que traz novas perspectivas para a agroecologia no Brasil, embora os desafios sejam maiores, dado o avanço do agronegócio e de grupos políticos conservadores do campo. A atual crise climática e ambiental coloca a oportunidade de pensar e expandir a agroecologia como um novo paradigma em questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste debate, como já mencionado no início do texto, não é finalizar/fechar a discussão, mas provocar mais reflexões para deixar o debate (e o futuro) em aberto.

Nessa contagem (passar dos anos), que a Terra vem nos cobrando a conta, não em números matemáticos ou poupanças recheadas, mas em vida, muitas delas ceifadas pela fome, pela contaminação do solo, da água, do ar, da ganância, nos faz questionar, por que (não) assusta o fato de estarmos caindo?

E neste refletir durante a queda, nada mais urgente do que resgatarmos nossa memória ancestral, com base no respeito e valorização da cultura alimentar local, que não nos parece possível através do agronegócio, mas sim da agroecologia, reflet(indo) outras direções possíveis.

Ademais, por qualquer caminho que se pretenda trilhar não há dúvidas que é necessário um Brasil comprometido nos movimentos de transform(ação) e de uma agroecologia trabalhando conjuntamente com os programas de educação, desde a educação infantil ao ensino superior, ou seja, de uma ciência engajada.

É preciso de um coletivo fortalecido para tecer os fios dessa teia que chamamos de vida e descolonizar nossas culturas e formas de pensar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 11.582, de 28 de junho de 2023. Altera o Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e o Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, para dispor sobre comissões com atuação na agricultura orgânica. **Decreto Nº 11.582, de 28 de Junho de 2023.** Brasília, 28 jun. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11582.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.582%2C%20DE%20](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11582.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.582%2C%20DE%20)



8,com%20atua%C3%A7%C3%A3o%20na%20agricultura%20org%C3%A2nica.. Acesso em: 21 dez. 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação A Distância, 2011, p. 45-82. Disponível em://efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf. Acesso em: 21 dez. 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira de. **Princípios e Perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação A Distância, 2011, p. 45-82. Disponível em://efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%C3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf. Acesso em: 21 dez. 2023.

CEPEA. **PIB do Agronegócio Brasileiro**. 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 23 dez. 2023.

DALMORO, Maristela. Questão agrária no Brasil: a batalha entre o agronegócio e a agroecologia. **Kera Yvoty**: reflexiones sobre la cuestión social, [S.L.], v. 3, p. 94-106, 30 dez. 2018. Universidad Nacional de Asuncion. Facultad de Ciencias Sociales. <http://dx.doi.org/10.54549/ky.3.2018.94>. Disponível em: <https://revistascientificas.una.py/index.php/kerayvoty/article/view/3396/2871>. Acesso em: 21 dez. 2023.

DATALUTA BRASIL. **Relatório DATALUTA Brasil**. 21. ed. Presidente Prudente: Nera, 2020, 89 p. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1KBdl2bgwMHwenGWI8ZWDW93foDbTVT9A>. Acesso em: 20 dez. 2023.

EMBRAPA. **Sealba**: região de alto potencial agrícola no nordeste brasileiro. Brasília: Embrapa, 2019, 62 p.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 347 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, resistência e emancipação**: o modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016. 297 p.



HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. Tradução de: Carlos Szlak.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade. *In*: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, p. 179-198.

INSPER. **O agronegócio brasileiro alimentará o mundo?** 2023. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/noticias/o-agronegocio-brasileiro-alimentara-o-mundo/>. Acesso em: 24 dez. 2023.

INSPER. **Como o Brasil se tornou uma grande potência exportadora no agronegócio?** 2023. Disponível em: <https://agro.insper.edu.br/agro-in-data/artigos/como-o-brasil-se-tornou-uma-grande-potencia-exportadora-no-agronegocio>. Acesso em: 23 dez. 2023.

KRENAC, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, 85 p.

LEITE, Reuel Machado. Territórios (i)materiais e agroecologia. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, p. 1-10, out. 2015. Artigo do mês.

MAPA. **AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro**. 2023. Disponível em: <https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MATOS, Patrícia Francisca de; MARAFON, Glaucio José. A modernização da agricultura no Brasil e as tramas do agronegócio. *In*: MARAFON, Glaucio José; CHELOTTI, Marcelo Cervo; Pêsoa, Vera Lúcia Salazar. **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019, p. 319-335.

MITDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **Censo Agropecuário 2017: o que revela o censo do golpe**. Marília: Lutas Anticapital, 2022, 311 p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandê Editorial, 2016, 545 p.

REDE PENSSAN, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar –. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede Penssan, 2022, 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

ROCHA NETO, João Mendes da. Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 455-466, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/RWJy9nrwfSzwGSXjt9RwMrj/>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SILVA, Edson Batista da; SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. Agroecologia e geografia agrária: aproximações a partir dos conceitos de território e campesinato. *In*: MARAFON, Glaucio José;



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

CHELOTTI, Marcelo Cervo; Pêsoa, Vera Lúcia Salazar. **Temas em Geografia Rural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019, p. 319-335.